



O VII CNP VEM AÍ
PARTICIPE!

p. 10-11

VII



Início de conversa

EDITORIAL

Esta edição do Jornal do Federal fecha o ano de 2009 com um balanço muito positivo das atividades do Conselho Federal de Psicologia. Os textos do Jornal do Federal vêm compondo uma sucinta amostra da quantidade de temas discutidos pelos psicólogos e pelas psicólogas ao longo do ano. Os quatro seminários que são temas de matérias desta edição, por exemplo, apontam, em seus resultados, desdobramentos que têm incidência sobre o dia a dia dos psicólogos, contribuindo para a qualificação da prática e para o aprofundamento da reflexão sobre a profissão – seja em campos consolidados, a exemplo dos direitos humanos e da psicoterapia, seja em campos mais novos, como o da defesa civil ou o debate sobre a mobilidade urbana, seja em âmbitos nos quais ainda há muito o que se discutir na busca de novos rumos e posicionamentos da profissão, como nos temas da Psicologia crítica do trabalho e da Psicologia jurídica.

Cabe aos psicólogos conhecer os debates e seus encaminhamentos e participar propondo ações para que as gestões dos Conselhos desenvolvam seus trabalhos. A médio e longo prazos, as propostas de ações oriundas desses seminários também podem ter espaço fundamental no Congresso Nacional da Psicologia (CNP), quando necessitarem de ampliação dos debates e de metodologia para sua efetivação.

O CNP tem sua sétima edição marcada para junho de 2010 e já está com suas importantes etapas preparatórias em curso. Cabe a cada psicólogo articular suas propostas e demandas na construção do Congresso. A participação de profissionais de todos os campos e orientações é necessária para que a instância máxima de decisão do Sistema Conselhos reúna teses que reflitam a diversidade da Psicologia contemporânea no Brasil.

Vale sempre lembrar que o CNP é o espaço democrático de decisão das linhas de atuação do Sistema Conselhos.

No contato cotidiano com os Conselhos Regionais e Federal, a participação nas pesquisas do Centro de Referências

em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) também é um modo de participação nos temas em que atuam os Conselhos. Em 2010, o Crepop realizará novos ciclos de pesquisa e divulgará novos documentos de referências em áreas como Sistema Prisional, Educação Inclusiva, entre outras.

Em relação a outros temas que, já sabemos, estarão na agenda em 2010, vale destacar que voltou à pauta de toda a sociedade o Projeto de Lei do Ato Médico. No final de outubro, o PL foi aprovado na Câmara dos Deputados e retornou ao Senado, sua casa de origem, para avaliação das modificações pelos Senadores.

Em 2004, o CFP participou ativamente das mobilizações que reuniram 10 mil pessoas em manifestação realizada em Brasília, além de outros eventos em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Santos e outras cidades. Naquele momento mais de 50 mil profissionais e estudantes de 13 categorias da área de saúde conseguiram explicar à população os enormes prejuízos que o PL causaria à sociedade brasileira caso fosse aprovado.

Agora, o CFP vem retomando o protagonismo no tema. A Psicologia atua com centralidade pela rearticulação dos conselhos profissionais de saúde que serão afetados caso o PL do Ato Médico seja aprovado, impedindo o pleno exercício das demais profissões na área de saúde.

O foco é a defesa do Sistema Único de Saúde e de seu modelo multidisciplinar, construído por equipes multiprofissionais que definem em conjunto diagnóstico e tratamento, somando diversas visões de saúde para chegar à melhor intervenção. Muito ainda há por ser feito no SUS, mas o retrocesso nas conquistas avançadas não pode ser admitido, sob pena de colocarmos em risco as conquistas do movimento sanitário brasileiro.

Já está de volta à internet a página www.naoaoatomedi-co.org.br e fica aqui o convite para que cada psicólogo relate como as mudanças que poderão ser trazidas pelo PL podem afetar sua vida – e a dos pacientes ou usuários da saúde.

EXPEDIENTE

DIRETORIA

Humberto Cota Verona
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes
Vice-presidente

Clara Goldman Ribemboim
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Alexandra Ayach Anache
Deise Maria do Nascimento
Elisa Zaneratto Rosa
Iolete Ribeiro da Silva
Maria Christina Barbosa Veras

CONSELHEIROS SUPLENTE

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas
Maria da Graça Marchina Gonçalves

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Aluizio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

COORDENADORA GERAL

Yvone Magalhães Duarte

EDIÇÃO

Maria da Graça Marchina Gonçalves

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Priscila D. Carvalho

REPORTAGEM

Priscila D. Carvalho
Lívia Domeneghetti Davanzo
Pablo Emílio de Mattos
Clélia Lima

PROJETO GRÁFICO

Liberdade de Expressão

DIAGRAMAÇÃO

Rui de Paula

Políticas públicas I

Conferências devem ser espaços de participação e construção da cidadania

Entre 2003 e 2009, mais de 4 milhões de brasileiros participaram de 57 conferências nacionais para debater e aperfeiçoar políticas públicas. Os dados, da Presidência da República, trazem à tona a discussão sobre a participação da sociedade na gestão pública e na construção da cidadania.

Outro mecanismo de participação são os Conselhos de Políticas Públicas, que ganharam forma na Constituição de 1988 como espaços nos quais representantes da sociedade e do Estado formulam e fiscalizam políticas públicas.

Segundo Leonardo Barreto, cientista político e professor da Universidade de Brasília (UnB), para que os conselhos funcionem plenamente é preciso que o Estado enxergue o cidadão como parceiro e não inimigo. Ou seja, é preciso que se estabeleça uma relação de confiança.

Além disso, o Estado precisa dar condições materiais para que os conselhos aconteçam, além de criar políticas que estimulem a participação, como campanhas e disciplinas nas escolas. "Quando as pessoas percebem que elas podem influenciar, elas se envolvem mais", diz. Para ele, nos últimos dez anos, houve avanços, mas é um processo lento e uma cultura de participação leva anos para ser construída.

Conferências

Para Adrian Gurza Lavalle, cientista político e professor da Universidade de São Paulo (USP), as conferências devem ser entendidas como espaços de representação, pois nela atores coletivos falam em nome de alguém. Apesar de considerar que não há participação direta e plena dos indivíduos por meio das conferências, ele as vê de forma positiva, pelo protagonismo que vêm ganhando na formulação de políticas e por conseguirem agregar preferências.

Lavalle afirma que não há como fazer avaliação homogênea da efetividade das conferências, pois cada uma tem características e trajetórias distintas. Para que de fato funcionem, ele aponta três fatores cruciais: o envolvimento dos atores que compõem a comunidade política, as prioridades do poder público e a trajetória histórica da política de cada área.

Na avaliação da conselheira do CFP Iolete Ribeiro, para que as conferências tenham resultados mais visíveis, é necessário que recursos orçamentários estejam disponíveis e que haja sintonia entre o orçamento da União e do calendário de conferências, de forma que as propostas aprovadas obtenham recursos e sejam de fato executadas. Qualificação dos responsáveis pelo acompanhamento e mobilização da sociedade, e o maior tempo entre conferências são outras mudanças necessárias.

Em dezembro de 2009, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente chega a sua 8ª edição. Para Ribeiro, o maior desafio da Conferência será melhorar a participação da criança e do adolescente, para que não seja superficial.

Arquivo CFP



Além disso, ela considera necessário levar em conta as características regionais no momento de estabelecer as diretrizes. Exemplo disso são as crianças e adolescentes indígenas que, para ela, ainda não foram contempladas em nenhuma das políticas públicas.

Já a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) terá sua primeira edição em 2009. Com o tema Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital, está prevista para ocorrer de 14 a 17 de dezembro de 2009 e tem como desafio que a sociedade, empresários e governo possam, juntos, e de forma igualitária, discutir a elaboração de políticas públicas para a área, de acordo com a conselheira do CFP Roseli Goffman.

CNS elege novos membros

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizou no dia 25 de novembro as eleições para definir entidades e movimentos sociais que o comporão entre 2009 e 2012.

Órgão do Ministério da Saúde, o CNS atua na formulação e controle social da execução da política nacional de Saúde, nos setores público e privado. Confira os eleitos em: <http://conselho.saude.gov.br/webeleicao/entidades.pdf>



Arquivo CFP

Antimanicomial



“Manicômio não cura, manicômio tortura”. Esse foi um dos gritos que, em uníssono, iniciou a marcha. Nas faixas trazidas de longe, foram abordados desde a mercantilização da doença até o abandono da saúde mental pelo governo.

Arquivo CFP

Marcha de conquistas para a Saúde Mental e para a cidadania

Entenda a Lei nº 10.216

Sancionada em abril de 2001, a lei garante direitos e proteção, como:

- Oferecer assistência integral ao portador de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer e outros;
- Foco no tratamento em serviços comunitários;
- Ser tratado com humanidade e respeito, visando a sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;
- Ser protegido contra qualquer forma de abuso e exploração;
- Receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento, com garantia de sigilo nas informações prestadas.
- Ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;
- Ser tratado em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;
- É vedada a internação de portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares e que não assegurem os direitos supracitados.

Um dia de festa e o início de vitórias coletivas: foi assim o 30 de setembro, dia da Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial a Brasília. Libertando a loucura do preconceito e da imagem negativa, cerca de 2,3 mil participantes - usuários da Saúde Mental, familiares, trabalhadores da Saúde e apoiadores — foram à capital do país para romper estigmas e fazer com que sua voz fosse ouvida, exigindo direitos.

As atividades começaram cedo, por volta das nove horas da manhã, com música, apresentações e falas na tenda instalada no gramado central da Esplanada dos Ministérios.

Organizada pela Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila), e com apoio do Conselho Federal de Psicologia, a marcha teve amplo apoio estudantil e social, reunindo pessoas de áreas distintas, mas que tinham em comum o vínculo da luta pelos Direitos Humanos.

Desde 1987, o movimento pelo fim do encarceramento daqueles que eram considerados doentes mentais vem buscando a reformulação nos atendimentos de Saúde Mental. Após 14 anos, a luta ganhou força institucional com a Lei nº 10.216/01 (Lei da Reforma Psiquiátrica). “A lei foi criada, mas não está sendo dada continuidade como deveria”, relata Livia de Souza, familiar de usuário que participou da marcha.

Os participantes da marcha fizeram um abraço coletivo ao Ministério da Saúde, solicitando ao órgão responsável pela implementação da Reforma Antimanicomial o avanço nas políticas de Saúde Mental no Brasil. No mesmo momento, acontecia audiência com a ministra interina da Saúde, Márcia Bassit, que teve como um dos principais pontos a demanda pela ampliação da rede de Centro de Atenção Psicossocial III (Caps III), o monitoramento dos recursos financeiros

repassados para os municípios aplicarem em Saúde Mental, o cumprimento da implantação de mil novas residências terapêuticas (prometida em 2006 pelo presidente Lula), a redução de leitos e a criação de serviços substitutivos, o aumento do valor do auxílio-reabilitação social do programa De Volta Para Casa, a capacitação do Samu para atendimento de emergências psiquiátricas e o apoio na realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental.

Audiências

As conquistas da marcha começaram nas 13 audiências realizadas em ministérios e no Congresso. Uma das principais pautas de reivindica-

ção foi atendida no mesmo dia, durante audiência com Gilberto Carvalho, chefe do Gabinete Pessoal do presidente da República, que transmitiu, em nome do presidente Lula, o compromisso de realizar a IV Conferência Nacional de Saúde Mental, importante passo para a sociedade discutir e traçar novos rumos na área.

Após a marcha, a Renila vem atuando para a realização da conferência. Obteve apoio do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que, em sua reunião de novembro, manifestou-se pela realização da conferência até julho de 2010. A proposta foi levada ao CNS pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas), que também optou por apoiar a conferência.

Na audiência com Paulo Vannuchi, secretário especial de Direitos Humanos, firmou-se o compromisso de estruturação da interface entre Direitos Humanos e Saúde Mental na Secretaria, com foco no combate às torturas que ainda existem nos manicômios. “Quero ouvir vocês”, disse Vanucchi, no início da audiência, na qual escutou por uma hora e meia os relatos de maus tratamentos sofridos em manicômios e da falta de estrutura para o atendimento aberto em municípios de todo o país.

Conheça as pautas de todas as audiências realizadas em <http://marchadosusuarios.blogspot.com>.

“Me sinto porta-voz (da defesa do tratamento em meio aberto) por causa de minha história. Fui usuária do manicômio. Nesse espaço não fazem abordagem humanizada. Em 2004, conheci o Caps Espaço Vida, em Recife, Pernambuco, onde comecei minha recuperação.”

Arquivo CFP



Lúcia da Silva Nascimento, PE - Hoje, integrante da Renila.

“Sou contra a volta do manicômio. Se há dois anos não tivesse Caps, eu estaria no manicômio, seria considerada louca, mas não sou. Tive uma depressão. Minha família descobriu o Caps. Lá, tenho psicóloga, psiquiatra. A melhora que eu tive me trouxe aqui para fortalecer a luta, para que todos possam se tratar. Depois que conheci o Caps, indiquei para outras amigas. Quero esse direito para todos!”



Zenita Oliveira, PA

“Estou aqui para reivindicar direitos melhores, para que possamos ser vistos como gente normal, como todos. Se não fosse o Caps, hoje eu não estaria mais aqui. Estou aqui para lutar com meus amigos, fazer a corrente pela mudança!”



Glauce Pisetta, SC - Presidente da Associação dos Usuários de Indaial-SC.

“Dentro do conceito ético é importante você se despojar dos benefícios próprios em prol dos benefícios coletivos. Por isso vim participar da marcha”.



Gilberto Henrique Godoy, SC - Usuários CAPS II, Itajaí-/SC - Secretário da Associação de Usuários de Itajaí Mentas Excêntricas

“Se, na proposta do cuidado do usuário, não estiver paralelo ao cuidado da família, o trabalho fica parado. Tive a infeliz experiência de dois filhos saírem de casa porque não suportaram a mudança de comportamento do pai. Se eles fossem assistidos, seria possível fazer com que eles mudassem o olhar e entendessem isso”



Livia de Souza, BA - Familiar de usuário. Associação Metamorfose Ambulante de usuários e familiares dos Serviços de Saúde Mental

“Eu sofria maus- tratos dos militares. Quando me tornei esquizofrênico, me senti bastante perseguido, e nada consegui fazer; não confiava em nada, só encontrava hostilidade. É preciso espaço e sensibilidade para que essa pessoa seja compreendida, para que entendam o problema dela.”



Hamilton de Jesus Assunção, RJ – Compositor e vocalista da banda Harmonia Enlouquece, sobre como a tortura vivida o levou para a Luta Antimanicomial.

Emergências e desastres: as contribuições da Psicologia



CONFERÊNCIA
NACIONAL
DE DEFESA CIVIL

*Por uma ação integral
e contínua.*

A Psicologia vem, recentemente, intensificando ações para contribuir nas situações de emergências e desastres.

De acordo com a psicóloga Angela Lapa Coelho, da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande (MS), a tradição de investigações na área de desastres teve origem em duas disciplinas, a Sociologia e a Geografia Humana. “Na Psicologia, a evolução destas pesquisas nos últimos cem anos pode ser descrita como gradual, com eventos esporádicos e períodos sem trabalhos visíveis. Já em relação à prática do psicólogo, a temática das emergências e dos desastres é bem recente, e pouco contemplada nas grades curriculares”, contextualiza.

Segundo o psicólogo doutor em Psicologia Social Marcos Ferreira, a atuação do psicólogo em geral é vista como restrita ao trabalho em relação ao sofrimento pós-desastre. “Porém, essa é apenas uma das frentes em que a Psicologia pode contribuir”, explica. A Política Nacional de Defesa Civil divide o desastre em quatro etapas: prevenção, preparação, respostas e reconstrução. De acordo com Ferreira, a Psicologia pode trazer contribuições em todas essas etapas. “Os psicólogos vão trabalhar para que um evento não se transforme em sofrimento humano, para a facilitação do entendimento de mecanismos de auto-proteção, para a promoção de comunidades mais seguras”.

Para Angela Coelho, as propostas de intervenção devem contemplar também a prevenção, e só recentemente essa perspectiva tem começado a ser adotada na Psicologia. “A prática do psicólogo na área da prevenção está diretamente articulada com os processos de educação na comunidade e na escola. A temática das emergências e dos desastres deveria ser conteúdo transversal nas disciplinas do ensino fundamental, médio e universitário”, sugere.

Para a representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) na Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, Eliana Vianna, é importante trabalhar na comunidade a percepção do risco. “A Psicologia pode ajudar as pessoas a aumentar a percepção de risco acerca dos fatores que venham a contribuir para a vulnerabilidade nos cenários de emergências e desastres”, diz.

O CFP e a ABEP firmaram protocolo de intenções para mobilização à 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária – Por uma ação integral e contínua, que prevista para março de 2010. “O objetivo é envolver a sociedade em discussão de como minimizar os efeitos das condições relacionadas a emergências e desastres, aumentando a percepção de risco”, relata Eliana Vianna. O protocolo de intenções prevê parceria para articulação nas etapas municipais

preparatórias à Conferência Nacional, com a presença da Psicologia nos debates.

Memória

O CFP começou a se envolver com a temática em 2005, quando realizou a mesa-redonda Subjetividade, Ecologia e Desastres: a contribuição da Psicologia na América Latina, durante o I Congresso Latino-americano da Psicologia (ULAPSI). Em junho de 2006, ocorreu o Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras, que contribuiu para a divulgação da área nacionalmente e a para a realização de oficinas sobre o tema nos estados em 2007.

Mais eventos na área

Para integrar os diversos saberes existentes na sociedade para a construção de comunidades mais seguras foi realizado entre os dias 17 e 20 de novembro de 2009, em São Paulo, o V Seminário Internacional de Defesa Civil (Defencil), com debates preparatórios para a Conferência.

Entre os dias 3 e 5 de dezembro de 2009, psi-

cólogos latino-americanos estiveram reunidos, em Santiago, no Chile, para discutir o tema das emergências e desastres no 2º Encontro Latino-americano de Psicologia em Emergências e Desastres.

Os assuntos debatidos foram:

• Políticas públicas em emergências e desastres

- Primeira resposta psicológica em emergências e desastres
- Emergências sociais e desastres naturais: análises de casos
- Saúde mental em Psicologia das emergências e desastres
- Psicologia da emergência nas organizações

Seminário promove debate sobre mobilidade



Arquivo CFP

O seminário foi transmitido on-line e teve 600 pontos de acesso

Projetar espaços nas cidades que visem ao homem e não ao automóvel em primeiro lugar. Essa foi uma das propostas debatidas durante o *Seminário Nacional Psicologia e Mobilidade: o espaço público como direito de todos*, entre 22 a 24 de outubro, em São Paulo.

Para alcançá-la, muitos palestrantes apontaram que será necessário promover mudança cultural: a desconstrução do automóvel como modelo ideal de transporte e sua desvinculação das representações de masculinidade, poder e ascensão social.

O superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), Marcos Bicalho, acredita que a Psicologia pode contribuir com a questão não somente na avaliação psicológica, mas também no trabalho pós-acidente e na prevenção deles. “Há sensação generalizada na sociedade de que o acidente é coisa natural, o que não é verdade”, afirma.

A associação de diversas áreas para trabalhar o tema da mobilidade urbana é fundamental para se obter resultados. “Nenhum saber sozinho

basta. A questão é bastante complexa”, indica Amélia Damiani, professora da Universidade de São Paulo, com atuação em Geografia Urbana.

Ela cita a mobilidade do trabalho como um dos grandes problemas da sociedade capitalista moderna e define o fenômeno de duas formas: a mobilidade de imigrantes entre países ricos e pobres em busca de emprego, e o deslocamento que os trabalhadores realizam entre a casa e o trabalho. Nesse ponto, Damiani ressalta o problema estrutural dos centros urbanos. “Alguns trabalhadores chegam a passar três horas no trajeto entre a casa e o trabalho. Muitos moram distante, nas periferias da cidade, e não possuem dinheiro para condução, o que os obriga a dormir em abrigos, alojamentos no centro da cidade e só voltam para suas casas nos fins de semana”. A organização da cidade acaba promovendo exclusões para as quais é preciso ter atenção.

Nessa linha, Hécio Eustáquio Rizzi, coordenador do Programa Nacional de Acessibilidade da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde/Secreta-

ria Especial de Direitos Humanos–SEDH), coloca que essa exclusão pode se dar por baixa renda, por dificuldades de acesso e de mobilidade. “Pessoas com deficiência no Brasil representam hoje 14,5% da população; há em torno de 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Aliado a isso, temos um percentual pouco menor de pessoas idosas. É um país em que a população está envelhecendo, e isso é bom, mas temos de estar preparados para que os espaços públicos sejam receptivos a esse número de pessoas”, destaca.

Segurança e autonomia, na avaliação de Rizzi, são duas palavras importantes dentro dessa concepção de acessibilidade como parte fundamental da mobilidade. “É a garantia de as pessoas consumirem esses espaços, circularem por eles com segurança e autonomia. É o pressuposto da mobilidade urbana”, afirma.

O intuito do seminário foi começar a delinear intervenções nesse e em outros problemas ligados à mobilidade, ao trânsito e ao transporte, com a contribuição da Psicologia, convidando outras áreas para essa discussão.

Quero parabenizá-los pelas possibilidades que esse seminário nos abriu ao apresentar os diversos prismas da mobilidade, tão pouco discutidos em outros eventos dos quais participei. Como sugestão, gostaria que houvesse maior divulgação dos próximos eventos e a inserção das esferas públicas, empresas privadas e condutores pedestres, para ampliar ainda mais nossos olhares sobre o tema, a partir das experiências.”
Avaliação de psicóloga participante do evento.

Terceirização da Saúde: desmonte do SUS e dificuldade de controle social

Foto: Agência Brasil

Em face da real necessidade de tornar a administração e os serviços públicos mais eficientes, os governos neoliberais dos anos 90 propuseram reformas do setor público, nas quais optaram por soluções de esvaziamento do Estado, com o discurso de Estado mínimo. No campo da Saúde, um dos resultados desse processo foi a transferência de serviços públicos para as denominadas organizações sociais (OSs) – entidades privadas sem fins lucrativos que exercem atividades de interesse público.

Essas entidades firmam Contrato de Gestão com os governos – federal, estaduais ou municipais –, recebem recursos orçamentários e administram serviços da responsabilidade do poder público.

O modelo, no entanto, vem sendo questionado por suas consequências para o Sistema Único de Saúde (SUS). Em nota, a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) questiona a Lei das Organizações Sociais (OSs) aprovada em São Paulo, que aprofundou esse

modelo ao ampliar a gestão da Saúde pelas OSs: não apenas novas instalações podem ser terceirizadas, mas todos os hospitais e equipamentos de Saúde podem ser administrados pelas OSs.

A Abrasco avalia que a legislação atualiza a polêmica “que acompanha a transferência de responsabilidades sanitárias para organizações privadas e filantrópicas que não necessariamente dispõem de portfólios que comprovem inequívoca superioridade em termos de eficiência administrativa e qualidade assistencial” e autoriza o setor público a vender serviços ao setor privado. “Trata-se de um ‘detalhe’ que fere o SUS estruturalmente, uma ameaça de ‘desuniversalização’ do SUS”.

A psicóloga, sanitária e secretária-adjunta de Saúde de São Bernardo do Campo, Lumena Furtado, também questiona o modelo por ferir os princípios do SUS de universalidade e igualdade. Para ela, a questão central deveria ser como fazer a melhor gestão do serviço dentro do poder público, e não a transferência para as OSs.

“Com as Organizações Sociais, a administração de hospitais públicos é privatizada e o Estado não tem ingerência sobre eles”, explica.

Tal situação também coloca em xeque os mecanismos de controle público do SUS, baseados na existência de conselhos de gestão com presença paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos – que inclui profissionais e gestores –, instaurados em vários níveis da Saúde pública. “A transferência de bem público para a iniciativa privada tira do alcance dos conselhos a fiscalização”, pontua Jorge Kayano, médico sanitário e pesquisador do Instituto Pólis. A mesma avaliação é feita pelas organizações integrantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde (Fentas). Segundo a coordenadora da entidade, Ana Cristina Brasil, o modelo de gestão da Saúde pelas OSs dificulta o controle da assistência da saúde e “existe o risco de os usuários não terem seus direitos garantidos”, aponta.

Disputa na Justiça

Em 1997, o governo federal editou a Medida Provisória nº 1.591, que depois virou Lei Federal nº 9.637/98, e possibilita a existência das OSs. A lei está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade. O Superior Tribunal Federal indeferiu, por maioria de votos, a medida liminar requerida. Entretanto, o mérito da ação ainda não foi julgado.

A saúde pública adverte: o Ato Médico faz mal à saúde



Arquivo CFP

Em 2004, em resposta ao PL do Ato Médico, as categorias da Saúde no Brasil entregaram mais de um milhão de assinaturas ao presidente do Congresso, organizaram manifestações que reuniram mais de 50 mil pessoas em atos realizados em Brasília, São Paulo, Belém, Belo Horizonte, Florianópolis, Rio de Janeiro, entre outras capitais.

O Conselho Federal de Psicologia considera o Projeto de Lei do Ato Médico um retrocesso para a Saúde. E não está sozinho: outros conselhos profissionais, o Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas), e até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vêm manifestando preocupação com o que pode gerar o projeto de lei que resguarda aos médicos a possibilidade de realizar diagnósticos, indicar tratamento e realização de procedimentos invasivos, a exemplo da acupuntura, e ainda a possibilidade de atestar as condições de saúde.

O presidente Lula colocou de maneira precisa sua preocupação com o projeto durante discurso proferido no IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, maior evento na área de Saúde pública

do país, realizado no início de novembro em Recife (PE). “Não existe nenhuma moeda no mundo com um único lado. Temos de construir os dois lados. Cada função tem sua importância. Estou me interessando por esse tema do Ato Médico. Não quero fazer injustiça, mas compreender o que está em jogo. Quando você vira presidente da República e tem de lidar com muitos lados, começa a perceber que é preciso tomar muito cuidado com transformar corporações em coisas muito poderosas”, disse o presidente, no contexto de discurso que defendeu de maneira profunda o Sistema Único de Saúde.

O PL voltou à tona dias antes, em 21 de outubro, quando foi aprovado pelo Plenário da Câmara. Agora, ele retorna ao Senado para aprovação final.

O CFP defende a rejeição do projeto no Sena-

do e, caso seja aprovado, o veto presidencial. “O Congresso está a um passo de aprovar uma lei que representa um avanço para o corporativismo médico e um retrocesso para a Saúde”, afirma o presidente do CFP, Humberto Verona. Para o Conselho, o PL coloca em xeque toda a construção multidisciplinar conquistada no Sistema Único de Saúde, ao criar ilhas de atuação para as outras 13 profissões da Saúde e arrebancar, para uma única categoria, todo o território dessa área.

“A atenção à saúde deve continuar sendo realizada pelo conjunto de profissões da Saúde, garantindo ao usuário do SUS a atenção multiprofissional e interdisciplinar e o direito a uma atenção que leve em conta os diversos determinantes dos processos de Saúde e doença, sem a ascendência de uma profissão sobre as outras”, avalia.

Psicólogos acupunturistas: instruções para credenciamento

Quando são abertas vagas para acupunturistas, em instituições públicas ou privadas de Saúde, o psicólogo pode concorrer ao posto, desde que preencha os requisitos definidos pela Resolução nº 001/2007, da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (Sobrapa), em cooperação com o Conselho Federal de Psicologia, disponível em www.sobrapa.org.br, em Certificação.

Os psicólogos também podem atuar em consultórios ou outros serviços particulares de acupuntura. Para tanto, precisam apresentar à vigilância sanitária de seu município a certificação emitida pelo CFP/Sobrapa.

No SUS – Desde 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares insere a acupuntura na estratégia de atenção básica e núcleos especializados. Atualmente, cada Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) tem previsão de dois psicólogos, um atuando com temas de saúde mental e o outro com atividade de acupunturista, contratados conforme planejamento da gestão local de Saúde. Para atuar nas vagas abertas com essas definições legais, os psicólogos também devem obter certificação do CFP/Sobrapa.



Participação

CNP aposta na democracia para construir linhas de ação da profissão

“Este é o momento em que a categoria pode e deve participar e trazer suas ideias para que a próxima gestão tenha em mãos os desejos, os anseios e propostas dos psicólogos brasileiros para a profissão no Brasil”, declara o presidente do CFP, Humberto Verona, ao falar sobre a importância da participação dos psicólogos em todo o processo de realização do VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP), instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos.

É nesse espaço que a categoria, por meio de representantes eleitos nos congressos regionais, discute democraticamente as diretrizes da política nacional a ser implementada pelos Conselhos de Psicologia.

Com o tema *Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão*, o VII CNP pretende construir um programa que possa identificar a participação da Psicologia na promoção de direitos, ampliando a possibilidade de construir respostas efetivas às necessidades sociais, sob a ótica da inclusão social.

A etapa nacional do Congresso será realizada em Brasília, de 3 a 6 de junho de 2010, mas a construção do CNP já começou com os eventos

preparatórios e continua com os pré-congressos e congressos regionais, nos quais a participação de todos os campos e segmentos da Psicologia é essencial para garantir a produção de um conjunto de teses qualificadas e representativas do pensamento contemporâneo da Psicologia, além de eleger os delegados que irão aos congressos regionais (Coreps) e ao CNP.

“As etapas preparatórias são essenciais. São o momento em que se compartilha toda a diversidade temática e da produção de reflexões da Psicologia. Nelas, se tem ideia do que se está discutindo pelo país afora, do que há de novo, e de como a Psicologia e os psicólogos estão se posicionando sobre os temas”, avalia Clara Goldman, presidente da Comissão Organizadora Nacional (Comorg) e conselheira secretária do Conselho Federal de Psicologia.

Para ela, os debates dos eventos preparatórios precisam ter profundidade e qualidade para possibilitar a realização de um CNP que cumpra o papel de definir os rumos da Psicologia para os próximos três anos. “Se os eventos preparatórios não trouxerem para dentro do Sistema o maior número de psicólogos, todas as fases posteriores terão prejuízo”, reforça.

As teses, que são definidas ao longo dos

eventos e congressos regionais (ver etapas), poderão tratar tanto de áreas já instituídas da Psicologia, como por exemplo Educação e Saúde, como de outras em processo de construção de referências, a exemplo da violência contra a mulher, diversidade sexual, emergências e desastres.

Entenda as etapas do CNP

- A primeira etapa do CNP é formada pelos eventos preparatórios, realizados em diversos municípios. Eles têm a tarefa de suscitar debates e levantar questões para a formulação de teses. Há ampla participação da categoria, o que fortalece o caráter democrático da diversidade de contribuições na construção do projeto da profissão.
- Pré-congressos: são instâncias que elaboram e aprovam as teses do Regional. Ocorre ape-



Arquivo CFP

A linha do tempo dos temas do CNP

A história dos CNPs reflete a mudança das relações entre a Psicologia e a sociedade e o romper do isolamento da Psicologia em relação às grandes temáticas do país. Foi um processo no qual a profissão formulou e amadureceu seu compromisso social. “Hoje estamos preocupados em consolidar e ampliar cada vez mais a construção de referências e qualificação da prática profissional”, afirma Goldman.



Arquivo CFP



Arquivo CFP

- I 1994**
I Congresso Nacional de Psicologia
Processo Constituinte – Repensando a Psicologia
- II 1996**
II Congresso Nacional de Psicologia
O psicólogo vai mostrar a sua cara!
- III 1998**
III Congresso Nacional de Psicologia
Psicologia: interfaces – políticas públicas - globalização

O tema do VII CNP está dividido em três eixos. Conheça-os!

Eixo 1: Aperfeiçoamento Democrático do Sistema Conselhos

Farão parte deste eixo as teses que se referem a propostas de organização de formas democráticas de estrutura e funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia. Ele dá sequência a uma série de investimentos que o coletivo de psicólogos faz, há quase duas décadas, sobre o funcionamento do Sistema Conselhos. O desafio de pensar a profissão não pode ser atribuído como uma tarefa de poucos, mas deve ser sempre realizado a partir da consulta e da participação dos psicólogos.

Eixo 2: Construção de Referências e Estratégias de Qualificação para o Exercício Profissional

Este eixo foi idealizado para contribuir na continuidade da construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional nas diferentes áreas, inquietações recorrentes em uma categoria que deve contribuir cada vez mais para diminuir as desigualdades sociais. Princípios éticos norteadores e qualificação técnica são características de um projeto para a profissão que se consolida dia a dia e se fortalece nos espaços de debates, dentre os quais se destaca o CNP.

Eixo 3: Diálogo com a Sociedade e com o Estado

Este eixo tem por objetivo melhor delinear e refletir sobre as relações da Psicologia com a Sociedade e com o Estado, nas perspectivas da promoção e inserção da Psicologia nas Políticas Públicas e em outros espaços, da aproximação com Movimentos Sociais comprometidos com avanços e da efetivação da promoção de direitos.

A dimensão proposta por esse eixo deve levar em consideração a necessidade de projeto coletivo para a profissão, que articule diversos protagonistas no fortalecimento da democracia.

nas um por área geográfica. Nesta instância são eleitos os delegados para o Congresso Regional.

- Congresso Regional (Corep): composto por delegados eleitos nos pré-congressos. É realizado em cada Conselho Regional. Nos Coreps, são apreciadas as teses aprovadas nos pré-congressos de todo o país, e eleitos os delegados que irão ao Congresso Nacional.

Nas etapas preliminares são construídas as teses a ser debatidas no CNP. Por isso a importância de os psicólogos conhecerem as programações em seus Regionais e participarem dos eventos, o que é condição para serem eleitos delegados.

- Congresso Nacional: é a etapa final do processo de discussão e decisão sobre as orientações para a atuação dos Conselhos de Psicologia. Participam cerca de 230 os delegados nacionais, eleitos nos Coreps.



Arquivo CFP



Arquivo CFP



Arquivo CFP



VII

2001
IV Congresso Nacional de Psicologia
Qualidade, Ética e Cidadania nos
Serviços Profissionais: construindo o
compromisso social da Psicologia

2004
V Congresso Nacional de Psicologia
Protagonismo social da Psicologia

2007
VI Congresso Nacional de Psicologia
Do Discurso do Compromisso social
à Produção de Referências para a
Prática: construindo o projeto
coletivo da profissão

2009
VII Congresso Nacional de Psicologia
Psicologia e compromisso com a
promoção de direitos: um projeto
ético-político para a profissão

Título de especialista reconhece prática profissional

Desde 2000, o Conselho Federal de Psicologia concede, por meio dos Conselhos Regionais, o título de especialista em Psicologia, que, diferente de um título acadêmico, objetiva atestar a especialização profissional do psicólogo.

Segundo o conselheiro do CFP Aluizio Brito, o título representa uma qualificação, uma referência para o exercício profissional e é um incentivo para a formação permanente. “É o reconhecimento da prática profissional em uma determinada área”, explica.

A titulação pode ser obtida por três modalidades:

a. Aprovação em concurso de provas e títulos promovido pelo CFP, sendo necessária a comprovação da experiência profissional por no mínimo dois anos na especialidade requerida, ou

b. Conclusão de curso de especialização credenciado pelo CFP, ou

c. Quando for regulamentada nova especialidade, abre-se prazo para profissionais que apresentem experiência comprovada de pelo menos cinco anos na especialidade para obtenção do título.

Avanços

A concessão do título obteve avanços ao longo dos anos, como as parcerias para a realização das provas com entidades que também veem o título como referência para a qualificação profissional.

O convênio pioneiro com a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH) para a realização da prova dessa especialidade foi satisfatório, segundo a presidente da SBPH, Claire Terezinha Lazzaretti. “A iniciativa do CFP em dar esse voto de confiança à SBPH foi extremamente importante para a entidade. Ninguém melhor

Quantidade de psicólogos com o título de especialista e em que área:

Área de Especialidade	Experiência Profissional	Concurso de Provas e Títulos	Curso de Especialização	Total
Psicologia Escolar/Educacional	1.660	7	2	1.669
Psicologia Organizacional/Trabalho	2.211	18	0	2.229
Psicologia de Trânsito	657	35	0	692
Psicologia Jurídica	722	20	2	744
Psicologia do Esporte	31	6	14	51
Psicologia Clínica	8.968	42	268	9.278
Psicologia Hospitalar	1.419	4	289	1.712
Psicopedagogia	299	12	1	312
Psicomotricidade	153	6	0	159
Psicologia Social	490	3	0	493
Neuropsicologia	136	6	48	190
TOTAL:	16.746	159	624	17.529

do que quem trabalha com o tema para atestar a prática profissional”, avalia.

A SBPH responsabilizou-se pelo conteúdo das provas e pela composição da banca avaliadora no mais recente concurso para concessão do título de especialista em Psicologia Hospitalar. Já o CFP encarregou-se da logística e da divulgação do concurso e foi a instância recursal e deliberativa. A proposta do CFP é que, gradualmente, as sociedades de cada especialidade passem a realizar a prova em conjunto com o Conselho.

Para a secretária executiva do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb) Mônica Giacomini, as entidades do fórum concordam com a titulação e atribuem grande importância à elaboração das provas pelas entidades, garantindo assim que o conteúdo demandado dos psicólogos da área seja coerente

com a prática. “Quando a própria entidade da especialidade elabora a prova, como no caso da SBPH, são profissionais que atuam na área que elaboram e corrigem as provas”, diz.

Números

Desde a criação do título de especialista, o CFP já realizou seis concursos. Atualmente, cerca de 17,5mil psicólogos possuem a titulação, nas diferentes especialidades.

O concurso para a área do trânsito, em 2009, atendeu também a uma nova exigência, que amplia o reconhecimento social do título de especialista. As Resoluções nº 267/08 e nº 283/08 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) preveem que a partir de 2013 serão credenciados apenas os psicólogos portadores do título de especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo CFP.

Credenciamento dos cursos de especialização

A avaliação dos cursos de especialização credenciados pelo CFP é feita pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep). Para obter o credenciamento, o curso interessado solicita vistoria à Abep, responsável pela análise das condições de estrutura e funcionamento do curso, da qualificação do corpo docente e da grade curricular.

O credenciamento concedido pelo CFP é válido por três anos, podendo o curso solicitar o reconhecimento.

As normas e os procedimentos referentes ao título profissional de especialista estão estabelecidos na Resolução CFP nº 13/2007, disponível no endereço www.pol.org.br.

Quadro-Geral - Área de Especialidade

Especialidades	Quantidade de Cursos Credenciados
Clínica	68
Neuropsicologia	6
Jurídica	1
Organizacional e do Trabalho	2
Psicopedagogia	1
Psicomotricidade	1
Hospitalar	20
Esporte	1
Social	0
Escolar Educacional	0
Trânsito	0
Total	100

Abep

Vem aí a quarta edição do Prêmio Silvia Lane

A 4ª Edição do Prêmio Silvia Lane está chegando! As inscrições serão abertas em fevereiro de 2010. Fique atento aos prazos que serão divulgados pela página da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep).

A Abep instituiu o Prêmio com o objetivo de incentivar as pesquisas na área da Psicologia e disseminar a produção do conhecimento. Assim, ele é importante instrumento de estímulo à busca do conhecimento pelos estudantes de Psicologia de todo o Brasil.

Podem concorrer ao Prêmio psicólogos formados entre dezembro de 2008 e dezembro de 2009. Os trabalhos podem ser inscritos em duas categorias: Trabalho de Conclusão de Curso e Relatório de Estágio, ambos no âmbito da graduação, em qualquer área da Psicologia.

Os trabalhos cujas inscrições preencherem todos os requisitos serão avaliados por bancas formadas por professores universitários. Todos os trabalhos confirmados serão inscritos na base de dados da BVS-PSI, importante ferramenta de divulgação.

Os primeiros colocados em cada uma das duas categorias receberão o prêmio no valor de mil reais e um certificado.

Participar do Prêmio Silvia Lane pode ser um importante destaque na carreira profissional!

Professor, incentive seus alunos a participar

do Prêmio Silvia Lane!

Acesse o site www.abepsi.org.br e consulte o regulamento.

Aguardem maiores informações!

www.abepsi.org.br/premiosilvia

Prêmio Silvia Lane
ABEP

Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP

Para trabalhos de conclusão de curso de graduação e relatórios de estágio aos cursos de graduação

Seminário I

Psicologia no mundo do trabalho: por uma inserção crítica

A contribuição da Psicologia ao mundo do trabalho foi colocada em debate durante os dois dias do Seminário realizado pelo Sistema Conselhos de Psicologia em 6 e 7 de novembro de 2009, em Belo Horizonte, MG.

As discussões do Seminário Nacional Psicologia Crítica do Trabalho na Sociedade Contemporânea tiveram três eixos norteadores:

- O trabalho do profissional psicólogo – construindo uma posição crítica;
- Crise, trabalho e sociedade: economia solidária como uma perspectiva para a humanidade; e
- Saúde do trabalhador: dignidade, qualidade de vida no mundo do trabalho

A palestra de abertura, com o título de *Atualidade da categoria trabalho na sociedade da reestruturação produtiva*, tinha como objetivo contextualizar o trabalho no mundo contemporâneo. Nela, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Marcio Pochmann, afirmou não achar possível analisar trabalho isolado dos locais nos quais ele está inserido.

Ele explica que, na sociedade contemporânea, pós-

industrial, o trabalho é imaterial, ou seja, não produz necessariamente objetos palpáveis, como no século passado, quando o esforço físico e mental resultava em algo material. Hoje, os requisitos para o trabalho são educação e conhecimento, este entendido como a capacidade de analisar e sistematizar informações. “No Brasil, cerca de 70% dos postos de trabalho abertos hoje já são imateriais”, aponta. Para ele, estas transformações não são necessariamente negativas e podem abrir caminhos para o trabalho como possibilidade de realização das potencialidades do ser humano.

Apesar do crescimento dos estudos e pesquisas no âmbito da Psicologia do Trabalho nas últimas décadas, principalmente nos campos da saúde do trabalhador e da economia solidária, ainda se constata intervenções predominantemente nos contextos organizacionais. “É necessário avançar no sentido de uma construção teórica e de propostas de intervenção que levem em conta a complexidade da categoria trabalho como analítica e constitutiva para as diferentes atuações do psicólogo”, afirma Maria da Graça Jacques, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e palestrante do seminário.

“A Psicologia voltada para a gestão de recursos humanos acabou por demarcar o campo voltado para as questões do trabalho e das organizações e mantém-se hegemônica. Diversas metamorfoses podem ser observadas nas práticas adotadas por essa Psicologia, porém tais mudanças não refletem uma guinada em termos de objetivos ou de concepção”, observa Leny Sato, professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e palestrante do seminário.

Para o conselheiro do CFP responsável pelo tema, André Leonardi, a proposta é não concentrar o esforço exclusivamente nas condições de trabalho do profissional psicólogo, mas focar, na ação da Psicologia, o trabalho

Arquivo CFP



e os trabalhadores, grupo no qual os psicólogos também são incluídos e, como tais, devem ser objeto da produção de reflexões sobre a prática e a incidência na realidade.

Encaminhamentos

Para caminhar com a proposta de ampliação do campo da Psicologia no âmbito do trabalho, será criado um fórum de debate on line sobre Psicologia crítica do trabalho. Será formada uma comissão para articular com o Ministério da Saúde a participação da Psicologia na construção do protocolo dos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho.

Além de trazer a Associação Brasileira do Ensino de Psicologia (Abep) para discussão da formação na área, encaminhou-se o desenvolvimento, pela Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), de pauta que inclua temas como precarização do trabalho, jornada, e controle social.

Ficou acertada ainda a realização de encontro em conjunto com universidades para permitir o aprofundamento do debate, apresentar experiências e reunir pessoas que estejam tratando de temas como saúde do trabalhador, economia solidária, desemprego e políticas públicas.



Atuação dos psicólogos em programas de atenção à mulher em situação de violência é tema de documento de referências

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), do Sistema Conselhos de Psicologia, está elaborando, por meio de uma comissão de especialistas nomeados *ad hoc*, documento de referências para a prática dos psicólogos que atuam em programas de atenção à mulher em situação de violência. A escolha desse tema reflete compromisso político com a luta das mulheres. Ele foi definido coletivamente pelo Sistema Conselhos. O documento trará componentes éticos, teóricos e científicos para contribuir com a orientação à atuação dos psicólogos no campo.

Sabendo que desigualdade de gênero é fator estruturante de práticas violentas, relacionadas aos vários contextos em que a mulher tem sido explorada e reificada, o Conselho Federal de Psicologia entende que a questão da violência

contra a mulher não pode ser vista como um assunto exclusivo das mulheres, mas como um problema social, que tem repercussões em várias esferas da gestão pública, como Saúde, Segurança, Justiça, Educação e Economia.

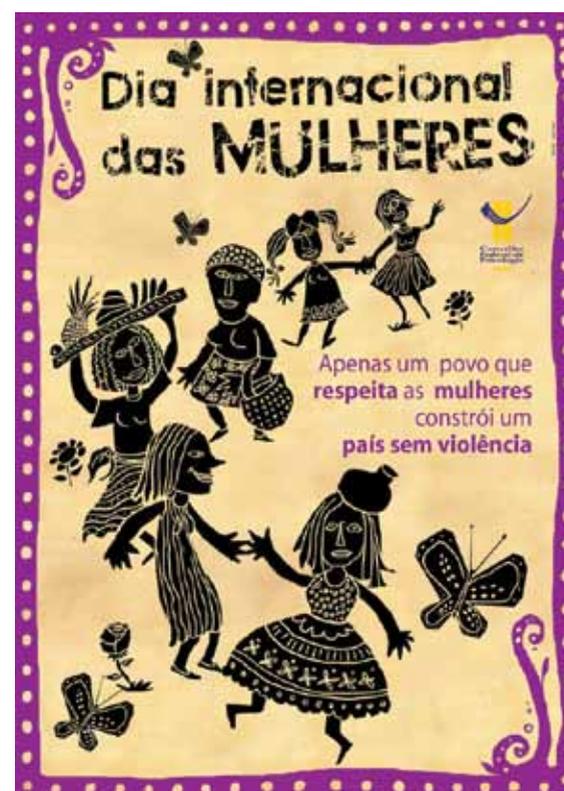
Pesquisadora e educadora feminista, a integrante da comissão de elaboração do documento, Ana Paula Portella, considera a implementação de políticas públicas que sejam realmente eficazes o maior desafio no combate à violência contra a mulher. A promotora Laís Cerqueira, do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, considera fundamental a atuação dos psicólogos nesse campo, principalmente no trabalho com a autoestima das mulheres.

A conselheira do CFP Clara Goldman explica que o diálogo com os psicólogos é uma das principais preocupações no documento que, para ela, deverá apoiar aqueles que já atuam na área e contribuir para que sejam aprimoradas as formas de atendimento e assistência. Ela lembra, ainda, que as orientações não serão definitivas, podendo mudar de acordo com a realidade e o contexto de trabalho dos psicólogos.

Andamento

O ponto de partida para produção do documento foi a realização de pesquisa com a metodologia do Crepop, com o objetivo de

A produção do documento de referência e a realização de ações ligadas ao tema estão inseridas na preocupação do CFP com a implementação de políticas públicas de combate à violência contra mulheres e no apoio aos movimentos que lutam pela questão. Como resultado dessa atuação na área, em 2009, o CFP tornou-se observador no Conselho Nacional de Defesa da Mulher, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.



Arquivo CFP

compreender a realidade dos profissionais que trabalham na área. A comissão responsável pela elaboração do documento considera os resultados da pesquisa, produzindo, por meio deles, diálogo com a categoria. A metodologia do Crepop inclui questionário preenchido on-line, o qual esteve disponível nos sites do CFP e do Crepop, em meados de 2008, e foi respondido por 103 pessoas, de todos os estados do país. Paralelamente, nesse período, foram realizadas, nos Conselhos Regionais, reuniões específicas sobre a área e os grupos com psicólogos que atuam em políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. O relatório com os resultados desses levantamentos está disponível no site do Crepop.

A comissão está, atualmente, em fase de produção do texto, com publicação prevista para 2010.

Conheça a página do Crepop na internet

Visite <http://crepop.pol.org.br/> para conhecer os trabalhos mais recentes e os arquivos do Crepop. Lá é possível contribuir e participar das pesquisas em desenvolvimento, acessar os resultados das pesquisas já realizadas, conhecer práticas inovadoras nas diversas áreas da Psicologia e obter informações sobre concursos e seleções.

Aproveite!

Argentina tem novo marco regulatório para mídia

A nova Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, aprovada dia 10 de outubro de 2009 pelo Congresso argentino, vem gerando debates.

As críticas foram encabeçadas pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), que pede sua revisão por considerá-la “indício de deterioração da liberdade de imprensa nas Américas”, com consequências negativas “para a liberdade, a diversidade e a sustentabilidade dos meios de comunicação”.

Para o jornalista Venício A. de Lima, a lei é falsamente polêmica. “Ela foi amplamente debatida, passou pelo Congresso”, analisa. Após 200 alterações durante a tramitação, foi aprovada na Câmara dos Deputados daquele país com 146 votos a favor, 3 contra e 3 abstenções. No Senado, obteve 44 votos a favor e 24 contra.

O professor da Universidade Federal Fluminense Dênis de Moraes, autor do livro *A Batalha da Mídia*, que trata das transformações políticas recentes na América Latina e analisa a comunicação como campo de lutas entre diferentes propostas hegemônicas, concede entrevista ao Federal sobre o tema. Ele avalia que a lei é uma das mais avançadas do mundo na regulação dos meios de comunicação.

Jornal do Federal: Quais são os pontos polêmicos?

Dênis de Moraes: A lei engloba um conjunto de medidas de profundo sentido antimonopólico e descentralizador dos setores de comunicação e informação. Tem o apoio público e enfático de segmentos importantes da sociedade civil argentina, como centrais sindicais, Igreja, movi-

mentos dos direitos humanos, universidades, associações profissionais, federação de jornalistas, artistas e intelectuais, entidades estudantis etc. Sua aprovação pelo Congresso argentino é uma vitória da consciência democrática latino-americana. A polêmica foi criada, deliberadamente, pela chamada grande mídia e pelas elites conservadoras, que repelem a democratização da comunicação e da vida social, pois isso implica perderem conveniências e privilégios históricos.

Não é difícil entender o que se oculta no discurso enganoso da mídia em favor da “liberdade de expressão”: as outorgas de rádio e televisão constituem as jóias da coroa, em termos de faturamento dos grupos empresariais. Daí a reação sistemática contra medidas legais que garantam equanimidade, lisura, transparência e fiscalização no regime de concessões de canais. Sob alegação de que exerce uma hipotética função social específica (informar a coletividade), a mídia não quer submeter-se a freios de contenção e se põe fora do alcance das leis e da regulação estatal, em favor de seus históricos privilégios.

Jornal do Federal: Quais os aspectos positivos?

Dênis de Moraes: A lei proíbe que licenças de rádio e TV sejam dadas a políticos e detentores de cargos públicos. Cada empresa só poderá dispor de, no máximo, dez concessões em televisão aberta ou a cabo (o limite era de 24 outorgas). O prazo das licenças será diminuído de 15 para

10 anos, com exigências mais rígidas para concessão e renovação de outorgas, sendo instituídas, obrigatoriamente, audiências públicas nos locais de prestação de serviço das emissoras para avaliar seus desempenhos.

Lei de comunicação argentina dividiu opiniões entre os que a consideram avanço democrático e os que consideram cerceamento à liberdade de imprensa.

A lei inova também ao definir, em condições equitativas, três tipos de prestadores de serviços de radiodifusão: a gestão estatal (meios públicos), a gestão privada com fins lucrativos e a gestão privada sem fins lucrativos (organizações não-governamentais, entidades sociais, universidades, sindicatos, fundações).

Para evitar a concentração dos meios locais, um mesmo concessionário não poderá operar mais de uma licença em frequência de rádio AM e mais de duas em FM. O excesso de conteúdos estrangeiros nos veículos será coibido: no rádio, 30% do que for veiculado deve ser de origem argentina. Quando as emissoras funcionarem em cidades com mais de 600 mil habitantes, a produção nacional deverá responder por 60% da programação. A lei impede a propriedade cruzada dos meios: empresas de radiodifusão não poderão operar distribuidoras de TV a cabo em uma mesma localidade e vice-versa. A fiscalização das medidas caberá a um novo órgão de regulação, a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual, que terá poderes para aplicar sanções em caso de violação da lei, sob supervisão judicial.

Entrevista completa em www.pol.org.br



América Latina

Parlamento do Mercosul: eleição direta em 2010?

Está prevista para ser realizada em 2010 a escolha, por voto direto, dos parlamentares que representam o Brasil no Parlamento do Mercosul (Parlasul). As eleições, porém, poderão ficar para 2012 – ou mesmo 2014, se a opção for vinculá-la à eleição geral – porque o Congresso Nacional ainda não aprovou a lei que regulamentará o pleito e, no âmbito do Mercosul, a quantidade de deputados eleitos por cada país ainda precisa ser aprovada pelo Conselho do Mercado Comum, órgão decisório mais alto do bloco.

Para que a eleição ocorra em 2010, todos os trâmites precisam ser finalizados antes das convenções partidárias, que ocorrem no primeiro semestre.

A proposta que tramita na Câmara dos

Deputados brasileira propõe que, aqui, as eleições ocorram por listas de candidatos de partidos ou coligações. Cada partido precisará garantir, nos primeiros cinco nomes de sua lista, a proporção de 2/3 de candidatos do mesmo sexo, o que garante a eleição de pelo menos duas mulheres em cada chapa. A proposta é de autoria do deputado dr. Rosinha (PT-PR), relator da matéria na Câmara, e tem apoio da sociedade civil organizada.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que vem acompanhando a formação do Parlasul seu início, avalia que o formato de listas poderá propiciar debate menos personalista do que ocorre nas eleições nominais, favorecendo o embate de ideias. “Este formato permitirá realizar testes para futuras eleições nacionais. Candidatos farão defesa do discurso programático. É um bom tubo de ensaio para a reforma política”, afirma Edécio Vigna, assessor político do Inesc. Para ele, tal formato facilita o controle das prestações de contas. A proposta inclui também o financiamento das campanhas por fundo público.

O parlamento é um órgão consultivo que faz

recomendações ao Conselho do Mercado Comum, órgão decisório do Bloco. Poderá emitir parecer sobre as normas em negociação pelos órgãos de decisão do Mercosul, facilitando o trâmite das decisões nos parlamentos nacionais e, portanto, sua internalização. O Parlasul tem como funções zelar pela preservação dos regimes democráticos, publicar relatórios anuais sobre situação dos direitos humanos, organizar reuniões públicas sobre temas do bloco com sociedade civil.

Número de parlamentares

Em abril de 2009, o atual parlamento aprovou que as representações de cada país são proporcionais à sua população, em votação com muita disputa. Atualmente, cada país tem 18 parlamentares. Argentina e Brasil – os mais populosos – terão suas bancadas ampliadas em duas etapas: serão 37 parlamentares brasileiros na primeira eleição, depois o total chega a 75. A Argentina terá 26 e, posteriormente, 43 representantes. Paraguai e Uruguai manterão 18 parlamentares. Até agora, apenas o Paraguai realizou eleições diretas. (Com informações do Inesc, Agência Senado e MEC)

Unila: uma universidade para a integração latino-americana

Proposta em agosto de 2008 pelo Ministério da Educação brasileiro, a Universidade Federal de Integração Latino-americana (Unila) iniciou suas atividades em 2009 com o objetivo de fomentar a integração solidária, repensar o ensino superior regional e trazer soluções para os desafios comuns a ser enfrentados no bloco nas próximas décadas.

Neste ano, estão sendo realizadas dez cátedras que, além de aproximar especialistas latino-americanos, têm a função de propor cursos para a universidade. Elas ocorrem no âmbito do Instituto Mercosul de Estudos Avançados, que também fará parte da Unila. Além disso foi iniciado, em outubro, curso de especialização em políticas públicas e avaliação da

educação superior, com módulos presenciais e à distância.

De acordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad, a Unila é destinada a estudantes de toda a América Latina. “Será uma universidade bilíngüe, com projeto pedagógico voltado à integração, com ensinamentos das literaturas latino-americana e brasileira, de história,

geografia, incluindo disciplinas sobre infraestrutura na região, como matriz energética, logística, transportes e comunicações.”

O Projeto de criação da universidade já passou pela Câmara e tramita agora no Senado. A Unilapretende chegar a 10 mil alunos de graduação e pós no prazo de cinco anos.

Saiba mais em www.unila.ufpr.br

Seminário II

Seminário discute a Psicologia na interface com a Justiça

O Seminário Nacional Psicologia em Interface com a Justiça e Direitos Humanos: um compromisso com a sociedade foi realizado entre 19 e 21 de novembro de 2009, em Brasília. A coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Ana Luiza Castro, defendeu, na abertura do evento, que o psicólogo, na sua relação com o Direito, não deixa de ser psicólogo, não deixa de ter seu compromisso ético-político e a ideia central do seminário seria enfrentar a discussão traçando diretrizes para essa área da Psicologia.

Após a Constituição Federal de 1988, que levou a avanços nas legislações do sistema de garantia de direitos que requerem a manifestação da Psicologia, houve uma abertura institucional na Justiça para o trabalho do psicólogo, que não somente vem atuando na esfera infanto-juvenil (Varas da Infância e da Juventude; medidas socioeducativas: liberdade assistida, semiliberdade, internação), mas também em Varas de Família (peritos e assistentes técnicos), mediação, conciliação, arbitragem, Varas de Execução Criminal, em diversos âmbitos do sistema prisional, nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e outros setores psicossociais forenses constituídos no quadro do Judiciário e do Executivo.

“A Psicologia precisa garantir sua especificidade na atuação dentro do Sistema de Justiça, garantindo que leve em conta não apenas as necessidades dos procedimentos judiciais, mas também as determinantes profissionais e éticas da Psicologia”, avalia a conselheira do CFP Deise Nascimento.

Assim, os participantes do Seminário salientaram a necessidade de um posicionamento crítico do psicólogo frente às demandas do Sistema de Justiça, não apenas no que tange ao seu conhecimento técnico, mas, sobretudo, à implicação do uso do saber da Psicologia na manutenção de práticas classificatórias e autoritárias que, por vezes, acabam por restringir situações

complexas à letra da lei, limitando possibilidades mais plurais de compreensão dos cenários em questão. Dessa forma, foi apontada a necessidade de avaliação permanente da atuação do psicólogo e o diálogo constante com os diversos segmentos do universo jurídico.

“O Seminário indicou a necessidade de reflexão constante acerca do campo, tendo em vista especialmente as demandas à Psicologia a partir do recrudescimento do que se tem chamado de judicialização da vida”, aponta a conselheira do CFP Cynthia Ciarallo.

Conheça um pouco dos temas debatidos

Criança e adolescente: discutiu-se a necessária ampliação do debate sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência, como vítimas, atores ou testemunhas, com o intuito de apresentar posicionamentos sobre as formas de atuação do psicólogo no Sistema de Justiça e na Rede de Proteção à Infância e Adolescência.

Varas de família e mediação: apontou-se necessidade de avanço na discussão da atuação do psicólogo nas varas de família, promotorias e defensorias, com difusão de informações com o objetivo de desconstruir a imagem do psicólogo como apenas “produtor de diagnóstico”. O Seminário sugeriu, ainda, resolução do CFP orientando a relação do

assistente técnico e do perito nas avaliações de litígio em varas de família, infância e juventude.

Saúde mental: medidas de segurança: os presentes ao seminário posicionaram-se pela efetivação da reforma psiquiátrica e pela realização de debates para a construção de nova cultura em relação aos cuidados e à inclusão dos denominados “loucos infratores”.

Execução penal e sistema prisional: foram reafirmados os posicionamentos dos seminários sobre o sistema prisional, contrários à obrigatoriedade do exame criminológico para progressão de pena, tendo em vista que o poder legislativo está em vias de votar projeto de lei que resgata essa prática.



Arquivo CFP

Processos éticos

Processos éticos julgados pela plenária do Conselho Federal de Psicologia no período de 25 setembro a 27 de novembro de 2009.

PROCEDIMENTO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 3438/08– ORIGEM: CRP-05
ARQUIVAMENTO
EMENTA – Procedimento Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da representação. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 25/09/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Ana Maria Pereira Lopes
RELATORA: Elisa Zaneratto Rosa

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 130/09– ORIGEM: CRP-06
ADVERTÊNCIA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Censura Pública. Decisão parcialmente reformada.
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 25/09/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Ana Maria Pereira Lopes
RELATORA: Jureuda Duarte Guerra

PROCEDIMENTO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 496/09– ORIGEM: CRP-05
ARQUIVAMENTO
EMENTA – Procedimento Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da representação. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 25/09/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Ana Maria Pereira Lopes
RELATORA: Anice Holanda Nunes Maia

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 497/09– ORIGEM: CRP-06
CENSURA PÚBLICA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Censura Pública. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Censura Pública
DATA DO JULGAMENTO: 25/09/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Ana Maria Pereira Lopes
RELATORA: Deise Maria Do Nascimento

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 498/09– ORIGEM: CRP-06

ADVERTÊNCIA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Advertência
DECISÃO CFP: Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 25/09/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Ana Maria Pereira Lopes
RELATORA: Alexandra Ayach Anache

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 932/09– ORIGEM: CRP-06
CENSURA PÚBLICA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Censura Pública. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Censura Pública
DATA DO JULGAMENTO: 25/09/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Ana Maria Pereira Lopes
RELATORA: Anice Holanda Nunes Maia

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 1000/09– ORIGEM: CRP-07
ARQUIVAMENTO
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da representação formulada. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 23/10/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Humberto Cota Verona
RELATORA: Elisa Zaneratto Rosa

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 1323/09– ORIGEM: CRP-07
CENSURA PÚBLICA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de censura pública. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Censura Pública
DATA DO JULGAMENTO: 23/10/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Humberto Cota Verona
RELATORA: Aparecida Rosângela Silveira

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 1395/09– ORIGEM: CRP-05
ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da representação formulada. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 23/10/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Humberto Cota Verona
RELATORA: Anice Holanda Maia
REVISORA: Clara Goldman Ribemboim

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 999/09– ORIGEM: CRP-07
ADVERTÊNCIA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Advertência
DECISÃO CFP: Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 23/10/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Humberto Cota Verona
RELATORA: Acácia Aparecida Angeli dos Santos

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 1495/09– ORIGEM: CRP-07
ARQUIVAMENTO
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da representação. Decisão mantida.
DECISÃO CRP: Arquivamento
DECISÃO CFP: Arquivamento
DATA DO JULGAMENTO: 23/10/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Humberto Cota Verona
RELATOR: André Isnard Leonardi

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 952/09– ORIGEM: CRP-08
ADVERTÊNCIA
EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de censura pública. Decisão parcialmente reformada.
DECISÃO CRP: Censura Pública
DECISÃO CFP: Advertência
DATA DO JULGAMENTO: 23/10/09
PRESIDENTE DA SESSÃO: Humberto Cota Verona
RELATOR: Iolete Ribeiro Da Silva

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 1928/09– ORIGEM: CRP-16
ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 27/11/09

PRESIDENTE DA SESSÃO: Ana Maria Pereira Lopes

RELATORA: ANICE HOLANDA NUNES MAIA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2040/09– ORIGEM: CRP-06

CENSURA PÚBLICA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Cassação do Exercício Profissional. Decisão parcialmente reformada.

DECISÃO CRP: Cassação do Exercício Profissional

DECISÃO CFP: Censura Pública

DATA DO JULGAMENTO: 27/11/09

PRESIDENTE DA SESSÃO: Ana Maria Pereira Lopes

RELATOR: Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

PROCEDIMENTO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 422/09– ORIGEM: CRP-08

ARQUIVAMENTO

EMENTA – Procedimento Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento da representação. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 27/11/09

PRESIDENTE DA SESSÃO: Ana Maria Pereira Lopes

Lopes

RELATOR: Marcos Ratinecas

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 460/09– ORIGEM: CRP-06

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 27/11/09

PRESIDENTE DA SESSÃO: Ana Maria Pereira Lopes

RELATORA: Deise Maria do Nascimento

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 2043/09– ORIGEM: CRP-06

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Censura Pública. Decisão parcialmente reformada.

DECISÃO CRP: Censura Pública

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 27/11/09

PRESIDENTE DA SESSÃO: Ana Maria Pereira Lopes

RELATOR: André Isnard Leonardi

Conforme o artigo 79 da Resolução CFP n.º 006/07, a execução da pena compete ao Conselho Regional de Psicologia.

Agenda

Especialização em Psicologia Jurídica na UERJ

01/03/2010 a 01/12/2011

Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2334-0639

E-mail: cepuerj@uerj.br

Informações: www.cepuerj.uerj.br

I Congresso Brasileiro de Orientação para a Aposentadoria nas Organizações

15/04/2010 a 17/04/2010

Florianópolis, SC

Telefone: (48) 3322-1021

E-mail: oceanoeventos@oceanoeventos.com.br

Informações: www.oceanoeventos.com.br/

aposentadoria

IV JUBRA - Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira

16/06/2010 a 18/10/2010

Belo Horizonte, MG

Telefone: (31)33194099

E-mail: jubra4@pucminas.br

Informações: www.pucminas.br/jubra

27º Congresso Internacional de Psicologia Aplicada (ICAP)

11/07/2010 a 16/07/2010

Melbourne, Australia

Telefone: + 61 2 9265 0890/ + 61 2 9265 0880

E-mail: icap2010@meetingplanners.com.au

Informações: http://www.icap2010.com

III Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão em setembro de 2010

Fique atento: o III CBP, maior encontro da Psicologia brasileira, ocorrerá em São Paulo, de 3 a 7 de setembro de 2010, com o tema Construindo referenciais éticos, democráticos e participativos. Informações sobre programação e inscrições em <http://www.cienciaeprofissao.com.br/>.



III CONGRESSO BRASILEIRO
PSICOLOGIA:
CIÊNCIA & PROFISSÃO

IMPRESSO

Conselho Federal de Psicologia

Fone: (61) 2109-0100

Fax: (61) 2109-0150

SRTVN 702 – Ed. Brasília Rádio Center – sala 4024-A

CEP 70.719-900 – Brasília – DF

e-mail: contato@pol.org.br

home page: www.pol.org.br



Impresso Especial

100049/2005-DR/BSB
C.F.P

...CORREIOS...